



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA**

Geison Cardoso Silva

**A INCLUSÃO ESCOLAR E A PRÁTICA DOCENTE: DILEMAS DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Araguaína – TO

2016

Geison Cardoso Silva

**A INCLUSÃO ESCOLAR E A PRÁTICA DOCENTE: DILEMAS DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial de avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Química.

Orientadora: Prof.^a Msc. Renata Barbosa Dionysio.

Araguaína – TO

2016

Geison Cardoso Silva

**A INCLUSÃO ESCOLAR E A PRÁTICA DOCENTE: DILEMAS DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial de avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Química.

Orientadora: Prof.^a Msc. Renata Barbosa Dionysio.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Professora Msc. Renata Barbosa Dionysio (Orientadora)

Professor Dr. Joseilson de Alves Paiva

Professor Msc. Luis Gustavo Magro Dionysio

Araguaína – TO

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido o dom da vida, e por sempre me proporcionar saúde e força para superar as dificuldades.

Agradeço aos meus amados pais Geomar e Cleonice, razão de minha luta e dedicação, que sempre foram meu alicerce, sempre me apoiaram e incentivaram a busca de um futuro melhor, tendo como palavras que: “A educação, o conhecimento é a única herança que poderiam me deixar que ninguém jamais poderá me tirar.” A eles toda a minha gratidão por tudo.

Aos meus queridos irmãos Gerismar, Lucas e em especial Amanda que sempre me traz uma palavra de conforto. Aos meus sobrinhos Artur e Davi, calma com seus carinhos e amor sincero. A minha querida amiga Regina, que sempre me acompanha em minhas conquistas se fazendo presente em todos os momentos desta caminhada.

Agradeço aos queridos colegas, Amanda, Beneval e Cleisiane, mais que isso amigos que a graduação me apresentou durante o curso o qual tenho muito orgulho em termos a mesma profissão.

Agradeço imensamente a essa grande educadora que se propôs a me ajudar nessa reta final do curso, minha orientadora Professora Renata Barbosa, na qual me falta adjetivos para expressar suas inúmeras qualidades tanto como pessoa, quanto como profissional, o qual feliz me sinto por sua participação em minha história, por sua paciência, incentivo, palavras de encorajamento, por suas contribuições e amor ao que faz.

A todos os professores e membros do colegiado do Curso de Licenciatura em Química da UFT, e suas contribuições na formação do profissional que se construiu.

Enfim, agradeço a todos que se fazem presentes em minha vida durante todo esse processo de conclusão do curso.

RESUMO

A educação Inclusiva é um assunto de suma importância principalmente no que diz respeito aos profissionais de educação que devem estar aptos a essa prática. É sem dúvida um dos maiores desafios da sociedade, pois envolve muito mais que as pessoas portadoras de deficiência, envolve a família, a sociedade e a escola. O presente trabalho tem como tema Inclusão Escolar. Trata-se de uma pesquisa exploratória, assim o presente estudo tem por objetivo promover uma reflexão acerca da Inclusão Escolar e a necessidade de formação docente para promovê-la. Com um olhar apontado para a formação inicial e continuada de professores utilizando-se de procedimentos metodológico o uso de ferramentas como questionários para assim buscar diagnosticar a realidade inclusiva na Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína, através das concepções de docentes e alunos dos cursos de Ciências Naturais. Para fundamentar teoricamente o tema e reunir informações que auxiliem a discussão dos dados obtidos pelas pesquisas, realizou-se um estudo exploratório sobre o tema inclusão, leis que versam sobre a inclusão e a formação de professores para atender essa demanda.

Palavras-chaves: Inclusão Escolar. Formação de professores. Leis da Inclusão.

ABSTRACT

An inclusive education is a very important matter especially when it's about the professionals in education that should be prepared for this practice. Undoubtedly one of the greatest challenges in the society, because it involves much more than the students with special needs, it involves the Family, the society and the school. The theme of this Project is school inclusion. It's an exploratory research, therefore this study has the objective of promoting a reflection on school inclusion and the necessity of capacitating employees to promote it. Looking at the initial and continued formation of teachers making use of methodological procedures and tools such as surveys to search to diagnose the inclusive reality of the Tocantins Federal University in Araguaína, through the conceptions of students and teachers of the Natural Science courses. An exploratory study about the theme inclusion and the Laws that manage the teacher's formation for this cause was made to formulate a theoretical basis of the theme and gather information that help the discussion.

Keywords: School inclusion, Teacher's formation, Laws of inclusion.

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	8
2.0 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Reflexões sobre a Inclusão	10
2.2 Leis que Amparam a Inclusão	12
2.3 Formação Docente e Inclusão.....	18
3.0 METODOLOGIA	22
4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
APÊNDICE A – Questionário para os Professores de Ciências Naturais da UFT– Campus Araguaína	36
APÊNDICE B – Questionário para os Alunos Ingressantes do curso de Ciências Naturais da UFT– Campus Araguaína.....	39
APÊNDICE C – Questionário para os Alunos Formandos do curso de Ciências Naturais da UFT– Campus Araguaína.....	41

1.0 INTRODUÇÃO

O termo inclusão tem como base a história da Educação Especial, que tem origem na luta de pessoas com deficiência a ter acesso à educação. Essa luta começa no século XVI, com iniciativa de médicos e pedagogos que acreditavam na capacidade dos indivíduos considerados fora dos padrões. Desde então o tema tem estado cada vez mais presente em estudos e discursões que se relacionam com a educação, remetendo também como vem ocorrendo a concretização da mesma em relação aos direitos e deveres dos cidadãos.

Desse modo a inclusão escolar possibilita a interação de sujeitos portadores de necessidades especiais por meio da convivência e isso faz com que eles se desenvolvam por meio de relações de aprendizagem. Só que os ganhos educacionais são para todos os envolvidos no processo, como professores, gestores, administrativos e alunos não portadores de necessidades especiais. Todos aprendem a conviver de maneira harmônica e respeitando as diferenças, assim são ganhos na área social, humana e intelectual.

Portanto o processo de inclusão escolar é um movimento contínuo e evolutivo, que implica em oportunidades de construção, desconstrução e reconstrução, próprio dos processos evolutivos humanos e institucionais.

Para que houvesse a necessidade de inclusão foi preciso antes que ocorresse a exclusão, que é um processo que envolve o homem e suas relações com o outro. Esse processo se dá devido a mecanismos específicos como discriminação e/ou marginalização do outro, que por sua vez possui características específicas diferentes e não tão sutis como as dos demais.

Temos aqui, portanto, a tensão entre igualdade e diferença. Nesse sentido, é importante enfatizar como estamos entendendo as questões relativas a esse binômio: "não se deve contrapor igualdade e diferença. De fato, a igualdade não está oposta à diferença e sim a desigualdade, indiferença não se opõe a igualdade, e sim à padronização, à produção em série, à uniformidade [...]. Devemos assim negar a padronização e ao mesmo tempo lutar contra todas as formas de desigualdade e discriminação presente na nossa sociedade especialmente com relação aos grupos historicamente marginalizados. (ALMEIDA, QUEIROZ, 2015, p.149)

A inclusão escolar muitas vezes não é tratada de maneira efetiva tal fato pode ser gerado pelas deficiências na formação inicial ou continuada dos professores, onde o tema é tratado de maneira superficial.

O choque sentido pelos professores no início do trabalho com alunos deficientes, que faz com que ele perceba um vazio na sua formação, a falta de um treinamento e o fato de que esses novos sujeitos que estão na sala de aula exigem novas capacidades e novos modos de pensar; a certeza de que estão improvisando, que pode levar a descobrir novos fazeres e saberes, não necessariamente subordinados ao fazer correto. (ANJOS, 2009, p.122)

Trata-se de um tema de grande relevância pois, tem como consequência contribuir para a superação das desigualdades (BULGARELLI, 2009). Mas que é necessário insistir em esforços na formação docente para que os professores estejam preparados para lidar e viver com todo tipo de diversidade no ambiente escolar.

Assim, o presente estudo busca promover espaços de reflexão sobre a “inclusão real” (ZENICOLA, 2007) e a necessidade da formação docente para promovê-la. Com isso, o objetivo geral do presente estudo é diagnosticar a realidade inclusiva nos cursos de Ciências Naturais da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Araguaína – Unidade Cimba – Tocantins, através das concepções de professores e alunos dos cursos de Química, Física e Biologia.

Para isso, foi necessário conhecer as concepções desses sujeitos sobre a inclusão escolar, bem como suas visões de quem deve ser incluído. Verificar quando e como o tema é abordado de maneira formal e não formal durante o curso de licenciatura e por fim analisar o papel do professor universitário diante do desafio da inclusão e de formar para promover a inclusão.

Dentro desse cenário surge o seguinte problema de pesquisa: Quais são as concepções sobre inclusão escolar dos professores e alunos do curso de Ciências Naturais da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Araguaína - Unidade Cimba – TO?

2.0 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar teoricamente o tema e reunir informações que auxiliem a discussão dos dados obtidos pelas pesquisas, realizou-se um estudo exploratório sobre o tema inclusão, leis que versam sobre a inclusão e a formação de professores para atender essa demanda.

2.1 Reflexões sobre a Inclusão

Segundo Mantoan (2003), inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro tendo assim, o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Nesse sentido, a inclusão não é apenas estar junto com pessoas que não se conhece, isso chama-se aglomerar-se. Ser incluso é estar e interagir com o outro.

Com isso, o processo de inclusão escolar vai além de estar inserido na escola ou na sala de aula. Ele requer a participação, a interação com todos de modo a construir e expandir o conhecimento. Trata-se então, de uma ação formadora crescente e partilhada por todos. Nela as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana são fatores que fazem com que a inclusão seja necessária, pois todas essas diferenças podem causar estranhamento em alguns grupos específicos, gerando a necessidade de compreensão entre as pessoas. Essa compreensão leva o indivíduo a conhecer a realidade do outro, e à medida que se conhece surge mecanismos que os auxiliam a aceitar o que não é dito como padrão por aquele grupo social.

A diferença não é simplesmente, unicamente, um conceito filosófico, uma forma semântica. A diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas e encontra-se inseridas no processo histórico. (SEMPRINI, 1999, p.11)

Segundo Mantoan (2003), a proposta de educação inclusiva é a de acolher todas as pessoas, sem exceção, seja ela, para aquele que possui algum tipo de deficiência física, ou que tenha comprometimento mental, para os superdotados enfim para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

Na Constituição Federal de 1988 consta no artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998).

Ou seja, o direito a educação não é privilégio de poucos, ele é por direito estendido a todos independente de sua diversidade. Cabe as escolas propor um modelo de organização educacional de modo a considerar as necessidades de todos os alunos e que seja estruturado em função dessas necessidades. E aos governos, das diferentes esferas, criar incentivos, dar apoio e fiscalizar para que isso ocorra.

Nessa perspectiva, a escola precisa ser um espaço onde a criança deve se sentir bem recebida e não ser alvo de qualquer tipo de discriminação. Uma vez que, a inclusão não se restringe apenas a inserção do aluno em uma classe especial, mas trabalhar pedagogicamente para que esse aluno seja incorporado nas atividades de forma natural. E considerando que não pode haver distinção, as escolas devem estar aptas a receber todos os tipos de alunos independente de sua capacidade de aprender e de acordo com suas necessidades pessoais.

Para que realmente ocorra a inclusão no ambiente escolar é necessária uma gama de mudanças no que diz respeito a forma como o ensino é atualmente ministrado e a visão de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Apesar de leis que aparam o processo de inclusão o mesmo não ocorre como deveria, pois, exige adequação do ambiente escolar, a formação de professores, dentre outros fatores.

De acordo com os estudos de Mantoan (2003), essas mudanças na escola implicam em tarefas que ela considera fundamentais. Que são:

Recriar o modelo educativo - tendo como eixo o ensino para todos. [...]. Não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar: daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente. [...]

Reorganizar as escolas: aspectos pedagógicos e administrativos - abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania. [...]. Para universalizar o acesso, ou seja, a inclusão de todos, incondicionalmente, nas turmas escolares e democratizar a educação. [...]

Ensinar a turma toda: sem exceções e exclusões -Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio. Além do mais, é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares. [...]. Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência[...]

Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor - para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções. (MANTOAN, 2003, p.33 grifos nossos)

Todas essas não são fáceis de serem executadas, porém são essenciais para garantir a inclusão e atender as necessidades dos alunos, fazendo com eles valorizem e aprendam com as diferenças.

Essas adequações nem sempre saem do bom senso de pessoas que atuam nas escolas ou vivem em sociedade. Muitas vezes, faz-se necessário que um grupo que está mais sensível ao tema, se reúna e estabeleça parâmetros e às vezes, leis para que os direitos de uma minoria sejam respeitados.

2.2 Leis que Amparam a Inclusão

Frente a grande dificuldade que ainda se tem quando se trata de lidar com o “diferente”, ou seja, com algo fora dos padrões considerados “normais” pela sociedade, e a fim de garantir que por mais diferente que seja, todo e qualquer indivíduo possuem os mesmos direitos e deveres, todos estabelecidos pelas normas e leis que regem nossa sociedade, para que os mesmos possam conviver de forma harmoniosa.

Baseado nessa ideia e afim de promover o bem-estar para todos e principalmente para grupos específicos, que no caso se trata de indivíduos que por possuir algum tipo de necessidade educacional especial seja ela qual for, foram criadas algumas leis que visam assegurar sua participação efetiva no meio social.

A inserção do indivíduo para que possa viver em sociedade inicia-se no âmbito escolar onde a criança começa a ter os primeiros contatos com pessoas fora de seu convívio. Sendo a escola o principal meio pelo qual o indivíduo passa a ser conhecido e visto como integrante da sociedade apto a praticar a cidadania.

A Constituição Federal de 1988 considera que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988).

Para que essa cidadania seja exercida além da escola, o Estado também tem um papel importante não só em fazer as leis serem cumpridas, mas em dar subsídios para que o indivíduo não evadisse e que tenha atendimento adequado a suprir sua necessidade. A família também deve assumir seu papel em buscar que as leis sejam cumpridas, e mais, incentivar, para que não se trate mais de obrigações ou regras a serem cumpridas, mas que seja um fazer contínuo, que a integração social se torne algo corriqueiro e não mais obrigatório.

Sendo assim a LEI Nº. 7.853 de 24 de outubro de 1989:

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo Único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgão e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – Na área da educação:

- a) A inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- c) A oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- d) O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) O acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo;
- f) A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.

A Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) foi produzida a partir de um encontro de representantes de 88 governos, 25 organizações internacionais e reafirmou o compromisso de “Educação para todos” .

Dentre as proclamações é importante destacar:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem.
Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades[...] (SALAMANCA, 1994)

Cada criança aprende de uma maneira e a seu tempo. Isso precisa ser respeitado na escola, que por sua vez deve ter consciência da diversidade das crianças e trabalhar utilizando-se de ferramentas pedagógicas adequadas, criando um ambiente de aprendizagem acolhedor.

Dessa forma, o mesmo documento aponta para o papel da escola regular na educação:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994).

É importante ter em mente que todas as pessoas devem ser igualmente respeitadas, independente de terem ou não algum tipo de necessidade educacional especial e, conseqüentemente, devemos tratá-las com equidade, dignidade, respeito, bom senso e educação como qualquer outra pessoa, respeitando suas características individuais e valorizando a diversidade.

Apesar de termos consciência de que somos diferentes uns dos outros e que essa diversidade nos tornam únicos, inconscientemente nos desapercibemos disso, pois é muito fácil notar as diferenças mais aparentes do que aquelas mais sutis.

Levar o aluno portador de necessidade especial ao convívio com os demais alunos, pode trazer diversos benefícios como: adquirir experiências diretas com a

variedade das capacidades humanas, aprender a lidar da diversidade, demonstrar responsabilidade e melhor aprendizagem através da convivência no trabalho em grupo.

Com isso, poder estar melhor preparado para a vida adulta em uma sociedade diversificada, como também exercitar a reflexão sobre a diferença como uma questão benéfica uma vez que, possuir características diversas que são bem mais aparentes, mas que, no entanto, não os tornam inferiores e apenas diferentes.

E sendo assim todos os demais se beneficiam com esse convívio, pois tem-se a extinção do preconceito, desenvolvendo a cooperação e tolerância e que essa experiência de conviver com o diferente será enriquecedora para o ser humano (NAZAR, 2016).

Quanto às atitudes que competem aos governos, tal declaração destaca que eles devem dar prioridade tanto política quanto financeira, para que as instituições educacionais se tornem aptas a receberem toda criança, independente do tipo de necessidade especial que ela venha ter, e que as mesmas possam ser matriculadas em turmas regulares, a não ser que existam fortes fatores que inviabilize essa inserção. É importante também que se dê atenção e invista na formação dos profissionais para que os mesmos possam ter uma maior habilidade e prepara para lidar com esses indivíduos.

O decreto N°3956 de 8 de Outubro de 2001, trata a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, considera que:

[...] a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que os direitos e liberdades de cada pessoa devem ser respeitados sem qualquer distinção; [...] (BRASIL, 2001).

Com isso, destaca-se a necessidade de alertar sobre qualquer tipo de preconceito, afinal como todos os indivíduos são iguais perante a lei em direitos e deveres, ser discriminado por possuir algum tipo de deficiência e/ou necessidade especial, ou qualquer que seja, o preconceito em relação ao diferente pode implicar negativamente na interação entre as pessoas, por isso é necessário que se abandone os rótulos e abrace a diversidade, porque fator algum deve ser usado como motivo de julgamento.

E o mesmo documento mostra que é necessário levar em consideração que:

O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "Protocolo de San Salvador", reconhece que "toda pessoa afetada por diminuição de suas capacidades físicas ou mentais tem direito a receber atenção especial, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento da sua personalidade" (BRASIL, 2001).

Mais do que os direitos e deveres que as leis impõem a serem cumpridos, pessoas portadoras de necessidades especiais necessitam mais do que acessibilidade e locomoção, é necessário que a comunidade, que a sociedade aceite, e mais que isso acolha. Apesar de possuir todos os direitos iguais aos demais, pessoas com necessidades educacionais, necessitam de cuidados especiais e o Estado deve assegurar isso.

Temos recentemente aprovada a Lei 13.146 de Julho de 2015, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e que tem por objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade o direito à liberdade visando sua inclusão na sociedade e sua prática à cidadania.

No seu Art.2º do capítulo I considera que: pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo, ou seja, algum entrave que empeça ou limite sua participação social e o gozo aos seus direitos à acessibilidade entre outros, que seja, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que possa obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ainda em seu Art.4º do capítulo II considera que todo indivíduo com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não deverá sofrer nenhuma espécie de discriminação.

Já em seu capítulo IV, que trata exclusivamente do direito a educação considera em seu Art. 27º que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que dessa forma garanta o aprendizado ao longo de toda a vida. Tais menções asseguram que o sujeito incluído tem a possibilidade de alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Reafirmando o que considera a constituição de 1998 em seu Art.205, que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Essas pessoas, apesar de possíveis limitações físicas ou mentais, têm por direito a participar do desenvolvimento de atividades tanto no ensino regular quanto de educação especial. Assim, a escolha do tipo de educação parte dos responsáveis legais no sentido de avaliar qual instituição acolherar, da melhor forma, a criança portadora de necessidade especial.

A educação, portanto, mais do que assegurar a aprendizagem daquele que a utiliza, é uma forma de garantir a integração e aceitação social, sendo o primeiro passo para que a sociedade reconheça seus direitos e seu papel como cidadão.

No Brasil vem ocorrendo avanços em relação à inclusão de alunos, e o professor é o principal responsável pela inserção do mesmo nesse ambiente escolar afinal é ele que terá o contato direto com esses alunos. Esses avanços ocorrem também na sua formação e a legislação traz marcos importante como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), que tem como objetivo o processo de mudanças em todos os níveis de educação.

Nela, um capítulo é especialmente dedicado à formação de professores, onde assinala os tipos de modalidades de ensino, os fundamentos metodológicos, instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial de professores, bem como estabelece a incumbência dos professores. Ainda em seu Art.62 dispõe que:

A formação de docentes para atuar na formação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

Apesar de reafirmar a necessidade de cursar o Ensino Superior como nível desejável para o exercício do magistério, admite que atuem em pelo menos na Educação Infantil e nas séries iniciais a formação mínima como curso Normal. Formação de professores em nível superior é apenas um dos passos que deve ser refletido para que haja realmente formação de cidadão apto a conviver em sociedade, porém não resolverá todos os problemas educacionais, é necessário que haja um comprometimento por parte dos profissionais de modo a mobilizar seus conhecimentos, relacionando-os com suas articulações entre teoria e prática. (PLETSCH, 2009).

Frente às novas concepções de educação e as exigências para o desempenho do papel docente a LDB nº9394/96 propõe:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar **com a diversidade** existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (BRASIL, 1996, sp)

O papel do professor está além de meramente ser um processo instrucional ou de transmissão de conhecimentos. O professor como um agente de transformação, capaz de gerar questionamentos que estimulem a reflexão, reconhecerá o processo educacional, não como apenas um direito fundamental cedido ao indivíduo, mas que dará ao sujeito uma vivência escolar que o levará a assumir seu papel de cidadão crítico. Resguardando ainda sua diferença, mantendo seu lugar com voz ativa, e não apenas como mero expectador.

2.3 Formação Docente e Inclusão

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005/2014, é um documento onde estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis, que serão executados no decorrer de dez anos, ou seja, de 2014 a 2024.

O PNE traz dez diretrizes que daremos destaque especialmente a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos profissionais da educação. Referente a esses aspectos, a meta 13 e suas estratégias 13.4 na qual o plano dispõe do objetivo de:

[...]promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos(as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;[...] (BRASIL, 2014)

Assim, esse plano visa já na formação docente levar o licenciando ao contato direto com o processo pedagógico, com prática didática, deparando-se já com a diversidade de público. O mesmo documento em sua Meta 15, mais precisamente em sua estratégia 15.6 determina que:

Promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do (a) aluno (a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, [...] (BRASIL, 2014).

Trazer, na formação inicial, além do conhecimento específico de sua área de formação, estratégias que visem levar o futuro docente a aprimorar sua didática para um melhor e mais qualificado sistema de ensino assegurando assim o aprendizado do aluno.

E estratégia 15.8 do PNE (2014-2024) dispõe que é necessário:

Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica (BRASIL, 2014)

Para os cursos de licenciatura, o estágio é sem dúvidas uma ferramenta muito importante para que o graduando entre em contato com o público alvo, para que além do conhecimento teórico adquirido nas aulas, tenha também o conhecimento prático que na realidade é bem diferente dos teorizados nas aulas de didática e formação de professores.

Quando se fala no processo de inclusão, no âmbito escolar, surgem diversos questionamentos. Um deles é o papel do professor, sua postura e atitude perante os demais indivíduos envolvidos. Sendo a aprendizagem dos alunos uma das metas fundamentais almejadas por todo profissional da educação, muitas vezes o professor se sente como único responsável pelo seu sucesso ou fracasso nas situações de ensino-aprendizagem.

Segundo Souza (2006), a sociedade moderna tem observado inúmeras mudanças radicais em sua estrutura organizacional. Nessas mutações, ora drásticas, ora nem tanto, as pessoas se envolvem e convivem com o novo, mesmo que não se apercebam disso. Há, contudo, os mais atentos a essas reviravoltas e que dão os primeiros sinais de alerta quando se deparam com o novo, a necessidade do novo, a emergência do novo e a urgência de adotá-lo, para não sucumbir à degradação do tempo e a suas diversas inovações.

Desse modo, a formação inicial ou formação continuada do docente é essencial para o desenvolvimento de olhares críticos no processo de ensino-aprendizagem e

consequentemente para os enfrentamentos acarretados pelas situações que implicam a tarefa de educar. Tarefa essa que é um processo cotidiano, sistemático e contínuo, vivenciado no seu fazer cotidiano dentro das instituições educacionais.

No contexto atual, o desafio dos educadores é de incluir os excluídos do processo de educação, tendo assim que lidar com os diferentes tipos de sujeitos e suas necessidades. Porém para que essa inclusão seja efetiva, implica-se numa mudança ensino tradicional em prol de uma educação que disponibilize aos alunos o domínio do saber real e que valorize suas potencialidades e capacidades além de lhes conduzir a caminhos que lhes permita explorar percursos por eles já visitados seja na escola ou em qualquer outro espaço educativo.

Nesse sentido, Paulon (2005) defende que não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e o modo como os profissionais nela inseridos estão dedicados e receptivos ao novo, e que o educar não é tarefa exclusiva do professor, mas de toda a equipe escolar.

Uma das estratégias para o ensino com proposta de inclusão é a relação do professor/aluno com uma participação mais ativa por parte dos alunos, que ganham mais oportunidades de expressarem sua visão sobre o mundo, o que pensam, seus conceitos, dúvidas, dificuldades, e com o auxílio do professor adquirir consciência, moldando o seu pré-conhecimento para termos da linguagem científica, e que agora repleto de significados.

De acordo com Souza (2006), atualmente, o ensino tem passado por um período de transição entre o tradicional e o inovador, com propostas metodológicas que enfatizam a memorização de conteúdo sem sentido coexistindo com outras que visam um aprendizado mais significativo e interdisciplinar. Nesse último contexto, a inclusão se legitima já que a escola é um espaço para muitos alunos é, às vezes, o único local de acesso aos conhecimentos científicos e que poderá lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar cidadãos, pessoas com identidade social e cultural que poderão lhes conferir oportunidades de ser e de viver dignamente.

Por isso, é necessário repensar o modelo de educação e propor formas de ensino e de aprendizagem que possam promover o desenvolvimento dos indivíduos e dos coletivos sociais, rompendo silenciamentos impostos e construindo práticas pedagógicas mais dialógicas. A persistência de modelos avaliativos excludentes, de currículos que existem em abrir espaços para manifestação, o reconhecimento e a valorização da cultural, e de estratégias de ensino,

que não consideram as diferentes formas de ritmos de aprendizagem tem contribuído para a falta de sentido da escolarização para grande parte da população. Tais resistências, colaboram ainda para o crescimento de conflitos causados pela desigualdade educacional. Assim como as práticas de ensino e seleção de conteúdos, as formas de avaliação não devem servir à naturalização das diferenças e das desigualdades educacionais, ou seja, não podem servir à legitimação de uma decisão arbitrária (e tendenciosa) de quem pode ter sucesso escolar e de quem deve fracassar.(ALMEIDA, QUEIROZ, 2015, p.157)

Além de todos os desafios que se tem em relação à prática docente a situação torna-se mais complexa quando se trata de trabalhar com pessoas que possuem diferenças muito grandes do grupo na qual elas estão inseridas. Para os professores, realmente comprometidos com a educação e o desenvolvimento intelectual dos alunos, tal situação faz com que esse profissional se sinta despreparado e busque formação continuada, ajuda de outros profissionais e também busque informações através de sites de associações e de textos publicados por especialistas no assunto.

3.0 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Tocantins localizada em Araguaína – TO. O universo da pesquisa foi composto por os professores dos colegiados da Ciências Naturais, a saber Química, Física e Biologia, os alunos ingressantes, ou seja, do primeiro período desses cursos e os concluintes, dos últimos períodos dos mesmos cursos.

A amostra da pesquisa foi de 8 dos 39 professores que atuam nesses cursos. Esse número reduzido foi devido à participação ser voluntária e isso faz com que os sujeitos participem somente se tiverem vontade.

Para a coleta de dados relacionados a concepções acerca da inclusão, foi construído um questionário formado por onze questões (Apêndice A), onde três eram objetivas e oito subjetivas. Esse questionário foi elaborado na ferramenta *Google Formulários*¹ e enviado para os professores por e-mail para maior comodidade dos mesmos. Tal ferramenta permite que os dados coletados sejam tabulados automaticamente através de resumos gráficos e textuais e preserva a identidade dos participantes uma vez não é disponibilizado quem enviou a resposta.

Para os alunos ingressantes foi formulado um questionário composto por oito questões (Apêndice B), com o objetivo de saber quais são as concepções deles sobre inclusão e também se vivenciaram anteriormente a inclusão na Educação Básica e informações acerca do que viveram. Participam desse momento, uma amostra contendo 43 alunos.

Para os alunos concluintes foi formulado um questionário (Apêndice C) composto por nove questões que além de tratar de concepções de inclusão tinha como objetivo saber se foi e de que maneira a inclusão foi abordada durante a graduação. Perguntou-se também sobre a suas capacidades de lidar com a inclusão no futuro ambiente profissional.

Dessa forma, a pesquisa configura-se como um estudo exploratório de cunho qualitativo (MALHEIRO, 2011), já que os sujeitos serão investigados e suas subjetividades a respeito de inclusão serão analisadas a luz dos referenciais teóricos acessados.

¹ Disponível em: < <https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/> > Acesso em : 03.out.2016.

4.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para uma melhor visualização e organização dos resultados e suas discussões, optou-se por trabalhar esse capítulo em subitens o que não impede de relacionar as respostas dos diferentes sujeitos investigados.

4.1 Ingressantes de Ciências Naturais e a Inclusão

Foram entrevistados quarenta e três alunos ingressantes do curso de Ciências Naturais da Universidade Federal do Tocantins. Dentre eles 35% são de Química, 28% de Física e 37 de Biologia que para serem identificados como: A1 até A43.

Quando questionados sobre o conhecimento de inclusão escolar, todos versaram sobre temas como acolhimento, inserção, cuidados, e muitos falaram sobre raça, cor, deficiência. O aluno A39 destaca que: “É o método e a ação de permitir o acesso à educação, de vários tipos de estudantes, independente de suas capacidades físicas e mentais.” E o A19 destaca a necessidade e obrigação da escola quando relata; “Inclusão escolar é a necessidade e obrigação de cuidar e ensinar um aluno com características especiais.”

Quando questionados sobre quem deve ser incluído, quatro dos entrevistados citaram pessoas especiais, um citou minorias, 29 citaram todos, 1 citou pessoas menos favorecidas, quatro alunos destacaram que devem ser incluídos pais, psicólogos, ou seja, pessoas que irão auxiliar na inclusão de alunos.

Quando questionados sobre o que é necessário para que haja inclusão, a pergunta tinha algumas alternativas e também a opção outros para deixar o entrevistado a vontade. O resultado desse questionamento encontra-se organizado na (Figura 1).

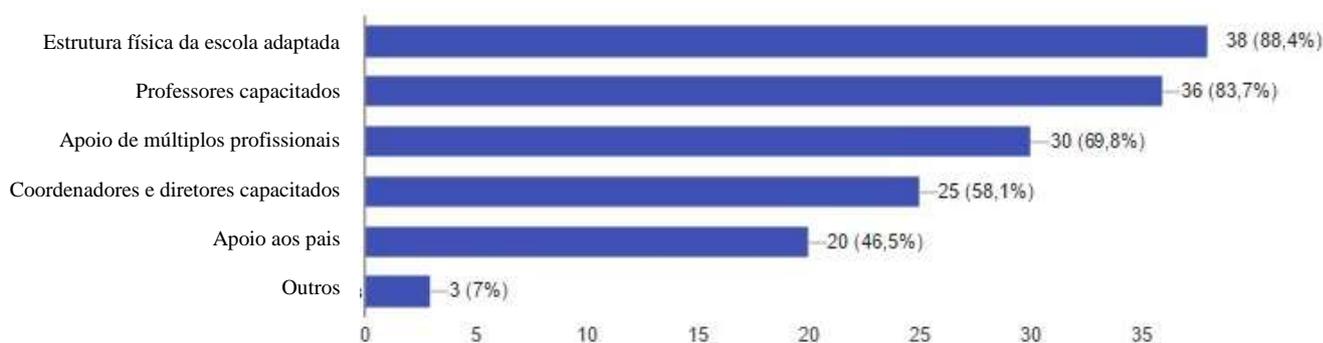


Figura 1 – O que é necessário para que haja a Inclusão Escolar?

Com isso, pode-se perceber que dois fatos são claramente importantes, na opinião dos sujeitos pesquisados. A estrutura física da escola precisa estar coerente com as necessidades daqueles que necessitem ser incluídos no ambiente, bem como ter professores capacitados para lidar com eles.

Sobre vivenciar situação de inclusão quando cursava a Educação Básica, 65% dos pesquisados relataram que não presenciaram essa situação. Dos 35% que indicaram que vivenciaram a inclusão na escola básica seis alunos relataram que havia preconceito, piadas, bullying, como presente nas palavras de A25 ao citar: “Ele sempre ficava para escanteio. Os outros alunos não davam atenção a ele.” No entanto, a maioria, nove alunos, citou que era normal e que isso gerou aprendizados como bem relata A19: “Aprendemos a tratar ele com total respeito”.

Também foi questionado a esses alunos, como os alunos de inclusão eram tratados pelos professores, cinco alunos relataram que os professores davam atenção especial, o mesmo número de alunos revelou que eram tratados igual aos demais. Porém o que chamou a atenção foi o relato: “poucos professores davam a atenção necessária para ele.” Feito por A18. Que mostraram que ele o aluno não era incluído verdadeiramente no meio escolar.

Como também “Não sei dizer, pois ele não estudava na mesma sala que eu.” Citado por A20, onde pode-se perceber que o aluno não ficava junto com os demais, o que pode trazer prejuízos no sentido da socialização e desenvolvimento.

A grande maioria dos entrevistados, cerca de 93% consideram que é importante ter aulas sobre inclusão durante a graduação. No entanto, apenas 67% desses alunos acreditam que existem disciplinas na graduação que abordam o assunto.

Segundo o aluno A23 “Deveria ser uma concepção própria de cada pessoa, sem necessidade de chamar a atenção para o assunto.” Dessa forma, acredita-se que não necessitaria de uma disciplina especial, se todos tivessem consciência e dessem a devida importância ao assunto. Já o aluno A42 defende o estudo da disciplina da inclusão quando diz: “Sim, pois seremos futuros professores, e incluir todas as pessoas na educação é a melhor coisa que podemos fazer pela nossa sociedade.

Quando convidados a relacionar inclusão, segregação, exclusão e integração com as representações (Figura 2). Na inclusão, cerca de 70% dos entrevistados relacionam de forma correta. Na segregação houve uma divisão onde o mesmo número de entrevistados confundiram a imagem como exclusão e segregação. Na imagem da inclusão 54% marcaram que retrata segregação. Por fim, 49% assinalaram a imagem da

integração de maneira correta. Para melhor visualizar as respostas corretas encontram-se em negrito no quadro.

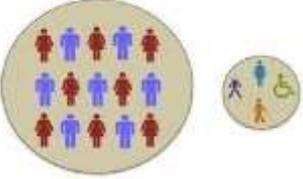
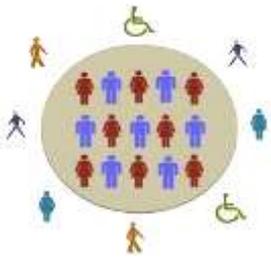
IMAGENS	RESPOSTAS	
	1 - Exclusão	(1 aluno respondeu)
	3 - Integração	(9 alunos responderam)
	4 - Inclusão	(30 alunos responderam)
		(3 alunos não responderam)
	1 - Exclusão	(16 alunos responderam)
	2 -Segregação	(16 alunos responderam)
	3 - Integração	(5 alunos responderam)
		(6 alunos não responderam)
	1 - Exclusão	(16 alunos responderam)
	2 –Segregação	(23 alunos responderam)
		(4 alunos não responderam)
	1 – Exclusão	(5 alunos responderam)
	3 –Integração	(6 alunos responderam)
	4 – Inclusão	(1 aluno respondeu)
		(6 alunos não responderam)

Figura 2 – Associação de conceitos a Imagens

Quanto a participação de forma gratuita e na UFT, de um minicurso ou palestra sobre inclusão, 86% dos alunos demonstram interesse. Isso sinaliza que há interesse em se capacitar a respeito da inclusão no meio escolar.

4.2 Formandos de Ciências Naturais e a Inclusão

A amostra da pesquisa foi composta por onze sujeitos sendo seis do curso de Licenciatura em Química um de Licenciatura em Física, e quatro do curso de Licenciatura em biologia, que foram identificados como: C1 a C11.

Quando questionados a respeito da inclusão escolar, os entrevistados de maneira geral, utilizaram a palavra incluir, acolher e inserir. Muitos acreditam que a Inclusão Escolar é feita somente pelo aluno estar na sala de aula.

Mas é necessário ir além disso, como bem relata o entrevistado C1 Quando cita: “Processo de incluir no meio escolar pessoas (alunos) com diferentes tipos de necessidade educacional especial, seja ela causada por qualquer tipo de deficiência.” E o C3 ao dizer: “inclusão é o acolhimento de todos na escola sem distinção de raça, cor, religião.” O C8 mostra uma versão muito pragmática e reducionista como cita “Incluir algo! Exemplo incluir uma pessoa ao ambiente escolar.”

Quando questionados sobre quem deve ser incluído na escola a maioria dos entrevistados citou “Todos” quer para a análise fica vago pois não permite conhecer realmente quais são os sujeitos que esses entrevistados acreditam que precisam ser incluídos no ambiente escolar. O C6 citou “ Acredito que todos precisam ter acesso a escola para que haja uma maior e melhor inclusão com a diversidade que a escola nos proporciona.” E assim permite compreender que para esse sujeito há um cuidado com a diversidade e seu trato no ambiente escolar.

Quando questionados sobre o que é necessário para que haja inclusão, a pergunta tinha algumas alternativas e também a opção outros para deixar o entrevistado a vontade a decorrer caso quisesse. O resultado desse questionamento encontra-se organizado na (Figura 3):

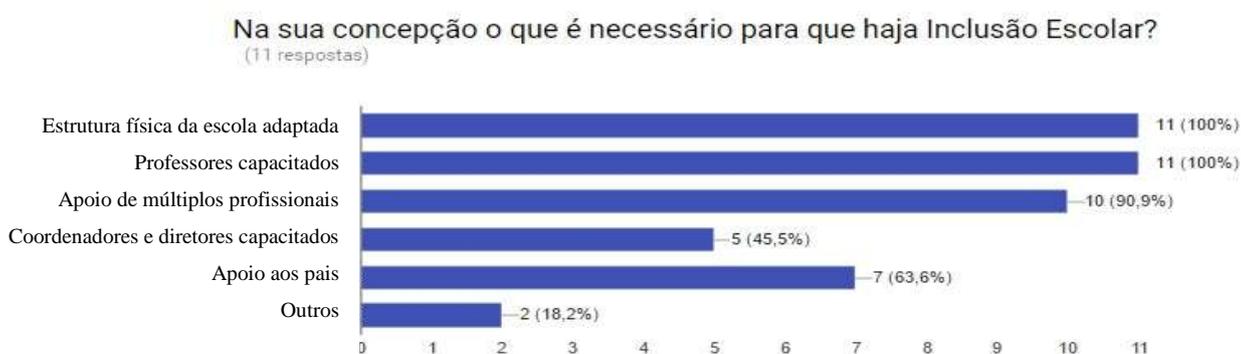


Figura 3 – O que é necessário para que haja Inclusão Escolar?

Mas o entrevistado C2 destacou que, além disso, “se todos cooperarem com certeza será realizada uma inclusão necessária e digna.” Já o entrevistado C7 acredita que se faz necessário trazer temas em momentos especiais, ao citar “Palestras para conscientizar todos os alunos a respeitar as diferenças entre si”.

Quando questionados se estudaram inclusão na graduação dez dos alunos sinalizaram que trabalharam o tema em disciplinas principalmente relacionadas com a educação, como por exemplo, “Psicologia da Educação e Metodologia do Ensino de Biologia.” Os entrevistados C2 e C4 citaram “Libras” que é da área das linguagens. Dentre os entrevistados dois não mencionaram a disciplina.

Quando questionados sobre a importância de estudar a Inclusão na graduação, todos os entrevistados acreditam que é importante é C7 destaca que “[...] por estarmos sendo preparados para lidar com essa realidade para entender as necessidades especiais de cada aluno.” E C11 diz que “Por ser algo trabalhado diretamente por professores e o curso ser voltado para a formação de professores é muito importante sim.”

Nenhum dos entrevistados sente-se preparado para lidar com a inclusão na escola. Sendo que quatro afirmaram que não estão preparados e o entrevistado C4 justifica ao citar “A carga horária e as disciplinas abordadas na graduação não são suficientes.” Os outros seres entrevistados disseram que talvez estejam preparados. O C3 relata que “Não sei qual será a dificuldade que irei enfrentar.” E dessa forma trabalha mentalmente com a incerteza da realidade. O C7 destaca a diferença entre teoria e prática quando diz “Na teoria tudo torna-se mais simples, porém na prática exige um pouco mais de preparo.”

Já o C6 mostra-se preocupado com os estudantes ao dizer “ Em algumas situações precisa ter um melhor conhecimento de como agir, sem que possa prejudicar minha atuação com o estudante na sala de aula.”

Quando convidados a relacionar inclusão, segregação, exclusão e integração com as representações na imagem (Figura 4). As respostas foram bastante assinaladas quando os itens eram segregação. Já a maioria assinaladas que inclusão seja a melhor, representado pela imagem de segregação. Para melhor visualizar as respostas corretas encontram-se em negrito no quadro.

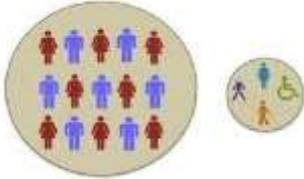
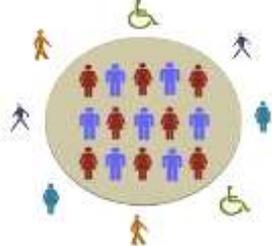
IMAGENS	RESPOSTAS	
	3 – Integração	(1 aluno respondeu)
	4 – Inclusão	(10 alunos responderam)
	1 – Exclusão	(4 alunos responderam)
	2 -Segregação	(3 alunos responderam)
	3 – Integração	(4 alunos responderam)
	1 – Exclusão	(4 alunos responderam)
	2 –Segregação	(7 alunos responderam)
	1 – Exclusão	(3 alunos responderam)
	2 –Segregação	(1 aluno respondeu)
	3 –Integração	(6 alunos responderam)
	4 – Inclusão	(1 aluno respondeu)

Figura 4 – Associação de conceitos a Imagens

Quanto a participação de forma gratuita e na UFT, de um minicurso ou palestra sobre inclusão, todos dos alunos entrevistados mostraram interesse. Isso sinaliza que como futuros profissionais da área de educação buscam se capacitar para melhor atender sua clientela.

4.3 Docentes Universitário de Ciências Naturais e a Inclusão

Os questionários foram enviados por e-mail e na primeira semana obteve-se somente oito respostas. Com objetivo de tentar que mais docentes respondessem, enviou-se novamente e após 15 dias, mas não se obteve nenhuma nova resposta. Decidiu-se então começar a analisar os dados devido aos prazos de conclusão e apresentação da pesquisa.

Para identificar as respostas e poder argumenta-las identificamos os professores, que participaram da pesquisa como P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8. Dentre eles, dois docentes não justificaram nenhuma resposta.

Quando questionados acerca de inclusão escolar usam de palavras como acesso e subsídios. O entrevistado P5 cita que inclusão é “Acesso ao ensino de maneira peritorácica”.

Porém o P1 acredita que se trata de garantir ao indivíduo seus direitos conforme estabelece a lei de cita “Qualquer política pública que visa propiciar acesso seja de qualquer natureza para pessoas que não participam de determinada ação ou não tem seus direitos obtidos”. Tendo seus direitos garantidos é necessário que ocorra no meio escolar integração e isso dar-se como P6 cita “Processo que permita autodesenvolvimento do indivíduo em toda sua plenitude, seja social, intelectual e cultural.”

Quando convidados a opinar a quem deve ser incluído na escola. Essa pergunta tinha várias alternativas: Deficientes físicos, Deficientes mentais, Portadores de altas habilidades (superdotados), Portadores de HIV, Homossexuais (Gays, Lésbicas, Transexuais), sujeitos de classes sociais específicas, sujeitos de regiões diferentes e também a opção outros para deixar o entrevistado a vontade caso queira discorrer. O resultado desse questionamento está organizando conforme a figura abaixo. (Figura 5).

Na sua opinião, quem deve ser incluído na escola? (6 respostas)

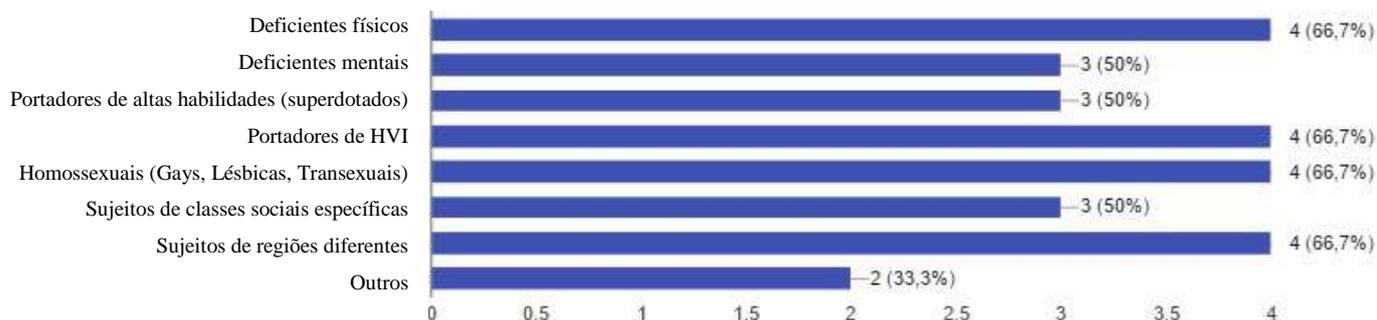


Figura 5 – Na sua opinião, quem deve ser incluído na escola?

Quando questionados sobre a forma com que acessam a informações sobre inclusão escolar, 66% dos entrevistados assinalam que acessam eventualmente o tema, 17% afirmam que acessam “sempre” com frequência sobre o assunto e 17% assinalam que nunca tem acesso a informações sobre o assunto.

Todos os entrevistados consideram que é importante os alunos de graduação estudarem sobre inclusão escolar. Eles justificam que é algo que deve ser natural no processo de formação docente e que tornará os futuros professores aptos a lidar com a diversidade. Destacam também, que esse processo devido a sua importância não deve ser estudado apenas na graduação, mas em todo o sistema de ensino.

Assim, o P5 cita:

A inclusão deve ser pleiteada por aqueles que possuem limitações sócio econômicas. Esse tipo de inclusão deve perpassar transitoriamente os cursos universitários até que haja uma equalização entre ensino público e particular. Findada essa transitoriedade deve se voltar a entrada ao ensino meritocrático, que traduz as potencialidades intelectuais dos eventuais estudantes universitários. As demais inclusões suscitadas por ideologias, diferença de gênero, raça ou crença devem ser descredidas, pois não se acerbam de premissas objetivas, mas de elementos de interesse grupais. O aspecto social deve ser transitoriamente o sustentáculo de uma eventual inclusão, pois é salutar no Brasil a desigualdade educacional nos ensinos públicos e privados. A demais as outras “diferenças” não encontram respaldo biológico-científico, mas sim ideológico.

Todos acreditam que indivíduos que possuam algum tipo de deficiência ao frequentar escolas de ensino regular podem aumentar e melhorar seus desenvolvimentos psicológicos e intelectuais.

Quando questionados se já vivenciaram algum tipo de situação que envolvesse inclusão na Universidade, 83% dos professores entrevistados afirmaram que sim, e

alguns relataram como foi essa experiência como o P1 por exemplo, que citou “Alunos de situação de vulnerabilidade financeira que precisou de bolsas para não abandonar os estudos.” O P4 cita “Foi a inclusão de alguém que tinha problemas de visão.”

Sobre a importância da escola criar estratégias que visam a melhor aprendizagem do aluno portador de necessidades especiais, 83% dos entrevistados consideram que é sim muito importante apesar de considerar alguns possíveis entraves decorrentes do atual sistema de ensino com salas superlotadas, por exemplo, e a falta de recursos seja material ou humano, o que é afirmado nas falas do P1 “A forma de aprendizagem e interação do aluno especial requer estratégias específicas.

Acredito que está aqui uma das grandes dificuldades pois as salas são superlotadas e o professor não consegue atender a todos de forma diferenciada. No mesmo sentido relata o P3 “A necessidade não se limita somente, em colocar a pessoa na mesma sala, há a necessidade de recursos humanos e materiais, disponíveis para o suporte do professor em sala de aula.”

Quando questionados sobre o que consideram necessário para que ocorra a inclusão escolar, alguns pontos como qualidade de ensino e incentivo por parte das políticas públicas foram pontuados como cita P1 “Financiamentos públicos para melhoria das escolas. Formação de professores para lidar com o processo.”

Quando questionadas sobre a forma com que os alunos incluídos devem ser avaliados seja na escola de ensino regular seja na universidade. 83% dos professores entrevistados consideram que sim que deve haver uma forma diferenciada de avaliação pois como cita P1 “atividades diferenciadas com forma de avaliação diferenciada. Ou então não seria inclusão.” O entrevistado P2 cita “atender as especificidades.” Mesmo considerando que deva ter uma avaliação diversificada o P3 considera “Mas que alcance resultados semelhantes aos alunos tidos como normais, de outra forma estaremos somente encaminhando o problema para o próximo.”

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inclusão é um processo de interação, onde o indivíduo passa a reconhecer, viver e valorizar as capacidades individuais que cada sujeito possui. Trata-se de compreender a realidade do outro, suas limitações e acolher independente de suas características não seguir os padrões considerados “normais” pela sociedade.

A inclusão deve possibilitar ao indivíduo ser inserido ao meio seja ele escolar ou qualquer outro, de forma que, o mesmo possa interagir, participar e que não venha a sofrer nenhuma forma de preconceito e discriminação. Esse que dar-se, principalmente pelo indivíduo possuir características específicas e não tão sutis quanto os demais.

Através dos estudos realizados teve-se uma visão de como o tema inclusão e concebido pela comunidade docente e estudantil dos cursos de Ciências Naturais da UFT.

Os alunos que ingressaram enxergam o tema inclusão como uma forma de acolher, inserir o sujeito independente do tipo de características e limitações que ele venha a ter, e que para que essa inclusão ocorra vários fatores como acessibilidade e capacitação profissionais são levados em consideração.

Em contraponto, os alunos concluintes, acreditam que a inclusão ocorre apenas por o aluno estar em sala de aula, não conseguem especificar quem são os sujeitos que devem ser incluídos. Talvez isso ocorra pela formação inicial que já está recebendo, afinal poucos conseguem identificar disciplinas na sua graduação na qual o tema foi abordado, tanto que relatam não ter segurança, de não se sentirem preparado para lidar com a inclusão em sala de aula.

Os docentes universitários por sua vez visam a inclusão como um processo garantido, amparado por leis, considerando ainda a escola apenas como um espaço de transmissão de conhecimentos, e que dessa forma só quem atende os objetivos deverá ser inserido.

A escola é mais que um espaço de construção de conhecimento e tem de ser vista como um ambiente de transformação, capaz de assentir no indivíduo o senso crítico, de saber receber, acessar e processar informações e que não se torne apenas mero receptor e que passe a ser realmente incluso, ou seja, que possa interagir.

Dessa forma é necessário que se mude o cenário atual de nossa educação, principalmente do que tange aos métodos de ensino pautado simplesmente nessa forma receptiva, onde o aluno não se vê obrigado a buscar o próprio conhecimento.

Para que a inclusão ocorra de forma efetiva no âmbito escolar acredita-se que deva existir um olhar, um incentivo aos profissionais que trabalhem com esse público, ou seja, aos professores, oferecendo-lhes melhores e mais arrojadas capacitações, formações iniciais e continuadas tornando-os mais capacitados a lidar com todo tipo de diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.A.O, QUEIROZ, M.R. Ação Afirmativa em educação: quando a política pública dialoga com as diferenças silenciadas. In: ANDRADE, M.(Org.) **Diferenças Silenciadas: pesquisa em educação, preconceito e discriminação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

ANJOS, H. P.; ANDRADE, E. P.; PEREIRA, M. R. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores**: o processo de constituição de um discurso. Revista Brasileira de Educação, v.14 n.40, p.116-129, 2009. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a10.pdf> >. Acesso em: 23.ago.2016.

BRASIL. **Constituição Federal: Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> > Acesso em 8. set. 2016.

BRASIL. Decreto nº3956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a **Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf> >. Acesso em 8. Set. 2016.

BRASIL. **Lei Federal nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília: 1989.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em:< <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> >Acesso em 6. Set. 2016.

BULGARELLI, R **Diversos somos todos - valorização, promoção e gestão da diversidade das organizações**. São Paulo: Cultura, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: ITC, 2011.

NAZAR, R. M. G.; BERTOLINI, P.; BOTARO, V.R. **Os caminhos para a inclusão no Ensino Regular e a importância de conviver com a diversidade**. Santa Rita do Passa Quatro – SP. 2016. Disponível em < <http://unicastelo.br/portal/os-caminhos-para-a-inclusao-no-ensino-regular-e-a-importancia-de-conviver-com-a-diversidade/>>. Acesso em: 04. Nov.2016.

PAULON, S.M.; FREITAS, L.B.L.; PINHO, G.S. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeinclusao.pdf>>. Acesso em: 10. Set.2016.

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educ. rev., Curitiba , n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em : < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010&lng=en&nrm=iso >. Acesso 29. Set. 2016.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru:Ed. Universidade do sagrado coração, 1999.

SOUZA, V. C. A. **O ensino de Ciências e Seus Desafios Inclusivos: O Olhar de um Professor de Química sobre a (in) diferença Escolar**. Belo Horizonte MG. 2006. Disponível em: <http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais_V_Seminario/educacao/comu/O%20ENSINO%20DE%20CIENCIAS%20E%20SEUS%20DESAFIOS%20INCLUSIVOS%20.pdf>. Acesso em: 27.ago.2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento de Ação**. 1994.

ZENICOLA, A.M.; BARBOZA, L.M.S.; CARLBORG,S. **Psicopedagogia: Saberes/ Olhares/ Fazeres**. São José dos Campos - SP: Pulso editora, 2007.

APÊNDICE A – Questionário para os Professores de Ciências Naturais da UFT– Campus Araguaína

Caro professor,

Estamos aplicando esse questionário como instrumento de coleta de informações com o objetivo de investigar concepções de docentes acerca da temática, “inclusão Escolar”.

O presente instrumento manterá em total sigilo sua identidade, utilizando apenas suas respostas para subsidiar o desenvolvimento do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

Agradecemos sua contribuição.

QUESTIONÁRIO PROFESSOR

1. O que você entende por inclusão?

2. Na sua opinião, quem deve ser incluído na escola?

() Deficientes físicos

() Deficientes mentais

() Portadores de altas habilidades (superdotados)

() Portadores de HVI

() Homossexuais (Gays, Lésbicas, Transexuais)

() Sujeitos de classes sociais específicas

() Sujeitos de regiões diferentes

3. No decorrer de sua vida profissional de meio acessou informações a respeito da Inclusão Escolar?

() Não acessei.

() Formação inicial (graduação).

() Pós (Especialização, Mestrado, Doutorado).

() Cursos, palestras, encontros etc.

() outros _____

4. Com que frequência você lê e/ou estuda sobre assunto?
() sempre
() eventualmente
() nunca
5. Você considera que é importante o aluno estudar sobre inclusão na graduação?
() sim
() não
Por que?

6. Já vivenciou alguma situação que houvesse necessidade de inclusão na UFT?
() não
() Sim Como foi a experiência?

7. Você acredita que frequentar uma escola de ensino regular pode aumentar o desenvolvimento de pessoas deficientes?
() sim
() não
Justifique_____
8. Na sua concepção o que é necessário para que haja inclusão escolar?

9. Acha importante a escola criar estratégias diferenciadas de aprendizagem para alunos portadores de necessidades especiais?
() sim
() não
Justifique_____
10. Acha importante a UFT criar estratégias diferenciadas de aprendizagem para alunos portadores de necessidades especiais?
() sim
() não
Justifique_____

11. Você considera que, na Escola Básica, as pessoas portadoras de necessidades especiais devem ser avaliadas de forma diferenciada?

() sim

() não

Justifique _____

12. Você considera que, na UFT, as pessoas portadoras de necessidades especiais devem ser avaliadas de forma diferenciada?

() sim

() não

Justifique _____

APÊNDICE B – Questionário para os Alunos Ingressantes do curso de Ciências Naturais da UFT– Campus Araguaína

Esse questionário faz parte da coleta de dados da pesquisa realizada para elaboração do TCC. Esses dados serão utilizados somente para fins acadêmicos e podem ser divulgados de maneira parcial ou total através de trabalhos em eventos acadêmicos.

Agradecemos imensamente sua participação!

QUESTIONÁRIO INGRESSANTE

Qual seu curso?

() Biologia () Física () Química

Qual seu período? _____

1 - O que você entende por Inclusão Escolar?

2 - Na sua opinião quem deve ser incluído na escola?

3 - Na sua concepção o que é necessário para que haja Inclusão Escolar? (Fique à vontade para marcar mais de uma opção).

() Estrutura física da escola adaptada para atender as necessidades

() professores capacitados

() apoio de múltiplos profissionais (psicólogos, psicomotricistas entre outros)

() coordenadores e diretores capacitados

() apoio aos pais

() Outros _____

4 – No Ensino Médio tinha algum aluno de inclusão na sua sala ou na escola?

() Sim

() Não

E como ele era tratado pelos demais alunos?

E como ele era tratado pelos professores?

5 – Você acha que existem disciplinas que abordem a Inclusão Escolar durante a graduação?

() Sim

() Não

6 - Você considera importante esse assunto ser estudado na graduação?

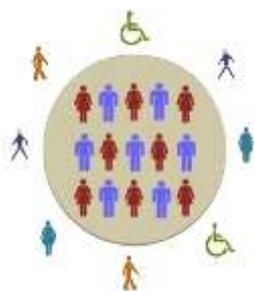
() sim

() não

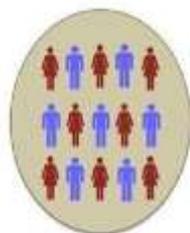
Por que?

7 – Associe as imagens aos conceitos a seguir:

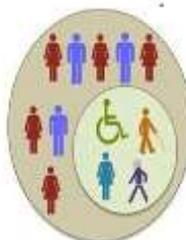
1



2



3



4



() INCLUSÃO () SEGREGAÇÃO () EXCLUSÃO () INTEGRAÇÃO

8 - Gostaria de participar de um minicurso/palestra gratuito e na UFT, sobre, “Professor da educação básica e a inclusão escolar”?

() sim

() não

APÊNDICE C – Questionário para os Alunos Formandos do curso de Ciências Naturais da UFT– Campus Araguaína

Esse questionário faz parte da coleta de dados da pesquisa realizada para elaboração do TCC. Esses dados serão utilizados somente para fins acadêmicos e podem ser divulgados de maneira parcial ou total através de trabalhos em eventos acadêmicos.

Agradecemos imensamente sua participação!

QUESTIONÁRIO ALUNO CONCLUINTE

Qual seu curso?

() Biologia () Física () Química

Qual seu período? _____

1 - O que você entende por Inclusão Escolar?

2 - Na sua opinião quem deve ser incluído na escola?

3 - Na sua concepção o que é necessário para que haja Inclusão Escolar? (Fique à vontade para marcar mais de uma opção).

() Estrutura física da escola adaptada para atender as necessidades

() professores capacitados

() apoio de múltiplos profissionais (psicólogos, psicomotricistas entre outros)

() coordenadores e diretores capacitados

() apoio aos pais

() Outros _____

4 – Você estudou sobre Inclusão na graduação?

() Sim

Em quais disciplinas estudou inclusão?

() Não

5 - Com que frequência o professor da disciplina trabalhou o assunto?

- () nunca
 () poucas vezes
 () muitas vezes
 () sempre

6 - Acha importante esse assunto ser estudado na graduação?

- () sim
 () não

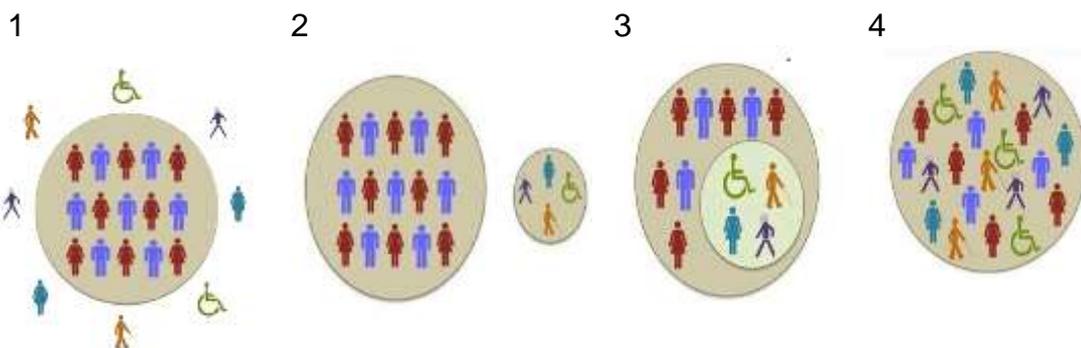
Por que?

7 - Sente-se preparado para lidar com a inclusão no ambiente escolar?

- () não
 () sim
 () talvez

Por que?

8 – Associe as imagens aos conceitos a seguir:



- () INCLUSÃO () SEGREGAÇÃO () EXCLUSÃO () INTEGRAÇÃO

9 - Gostaria de participar de um minicurso/palestra gratuito e na UFT, sobre, “Professor da educação básica e a inclusão escolar”?

- () sim
 () não